

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco

ou o MME:

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Senado aprova projeto que permite venda de etanol direto aos postos	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Plano para redução de tarifa de luz abre disputa entre ministérios	10
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Chesf vai vender ativos para cumprir investimentos	25

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Padrão colonial no setor de petróleo	3
Título: Senado aprova projeto que permite venda de etanol direto aos postos	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Senado aprova a venda direta de etanol das usinas para os postos	5
Título: Quem apregoa livre mercado deve exercitá-lo, diz Sindaúcar	7
Título: Gasolina cai nas refinarias e sobe nas bombas dos postos	9
Título: Plano para redução de tarifa de luz abre disputa entre ministérios	10
Título: Governo estuda embutir no combustível custo do efeito estufa	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Governo tenta blindar recursos que serão arrecadados com leilão do pré-sal	12
Título: Senado aprova venda direta de etanol hidratado	14
Título: Medida recebeu duras críticas de parlamentares	15
Título: Greve ainda afeta estoque de varejistas	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Autor: Simone Kafruni	17
Título: Entrave para baratear o custo do diesel	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18

Título: Modelo de venda da Eletrobras afeta tarifa, diz Aneel	18
Título: Governo fecha texto da cessão onerosa e Câmara tenta votar	20
Título: Venda direta de etanol a postos passa no Senado	21
Título: Petrobras avança com três vendas de ativos.....	22
Título: AES Tietê pede para incluir baterias em leilão em Roraima	24
Título: Chesf vai vender ativos para cumprir investimentos.....	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Editorial****Autor:****Título: Padrão colonial no setor de petróleo**

Arara conjugação de intervencionismo estatal, dirigismo, incompetência e corrupção constrói, no setor de petróleo, uma situação clássica de país subdesenvolvido. Ou seja, embora chegue à posição de nono maior produtor de petróleo do mundo, com 3,2 milhões de barris diários, o Brasil deverá ser um dos cinco maiores importadores de combustíveis. Exporta matéria-prima, importa o produto manufaturado, como nos sistemas coloniais.

Por paradoxal que seja, as políticas que resultaram neste quadro degradante foram acompanhadas, nos governos Lula e Dilma, por bravatas nacionalistas e brados de independência em relação ao "imperialismo" e ao mundo. Não deu certo, aconteceu o contrário. Era previsível. Sabia-se, desde que começaram as descobertas de reservas na camada do pré-sal, principalmente nas costas paulista e fluminense, que a Petrobras aumentaria bastante a produção. Tornou-se óbvio que o parque de refino precisaria ser ampliado.

Não que todo o petróleo produzido tenha de ser refinado no próprio país. A depender do seu tipo, deve-se exportá-lo. Há estratégias de combinação de exportações e importações de óleo, a depender do seu tipo e da adequação técnica do parque de refino. Mas o estatismo dirigista que tomou conta da Petrobras, paralelamente à corrupção sistêmica, com Lula e Dilma, impediu a definição e execução de um programa estratégico eficiente para o processamento do óleo do pré-sal.

O projeto ambicioso de substituição de importações de equipamentos ligados à exploração de petróleo, inclusive navios, e a definição de projetos de refinarias feitos sob medida a fim de gerar comissões para o lulismo e aliados explodiram o endividamento da estatal, e sem nenhum resultado positivo. A Petrobras chegou a ter a maior dívida corporativa do planeta, equivalente a meio trilhão de reais. Duas refinarias, para Maranhão e Ceará, locais escolhidos para Lula afagar aliados políticos, ficaram na terraplenagem, e mesmo assim consumiram centenas de milhões de reais. Já a Abreu e Lima, em Pernambuco, só parte dela produz, e, mesmo que seja concluída, jamais se pagará, tamanho o superfaturamento praticado na obra.

Há, ainda, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um repeteco do projeto da Abreu e Lima. Impagável. É por isso que a produção cresce, o

Brasil acaba de passar o Kuwait, país membro da Opep, mas não há capacidade instalada para refinar o volume crescente deste petróleo. Ainda muito endividada, a estatal precisa de parceiros privados no refino, única alternativa sensata para ampliar/modernizar seu parque de refinarias. Mas, neste momento, vem o congelamento do preço do diesel, solução populista para tentar enfrentar a greve de caminhoneiros. O resultado é espantar investidores em potencial no refino. Mais um desafio para o próximo presidente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: MARIA LIMA, GERALDA DOCA E RAMONA ORDOÑEZ

Título: Senado aprova projeto que permite venda de etanol direto aos postos

Texto seguirá para a Câmara. Para relator, mudança reduziria preço em R\$ 0,20

-BRASÍLIA E RIO- O plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que permite a venda de etanol diretamente das usinas para os postos. A proposta, de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), altera uma resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que exigia que a venda fosse feita apenas para distribuidoras.

A medida foi uma das propostas apresentadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para reformular o setor de combustíveis depois da greve dos caminhoneiros. Segundo a autarquia, a impossibilidade de venda direta aos postos produz ineficiências econômicas, pois impede o livre comércio e dificulta a possibilidade de concorrência que poderia existir entre o produtor de etanol e o distribuidor de combustível. O projeto chegou a receber críticas de alguns parlamentares, que o classificaram como eleitoreiro.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que o projeto é "um presente de grego" para o consumidor, já que, sem fiscalização eficiente, o etanol entregue pelas usinas pode ser "batizado" e de pior qualidade. — A lógica é que o etanol será vendido mais barato, mas como ficará o controle fiscal, tributário e de qualidade do produto? Temos que fazer um debate sobre a logística de transporte desse produto que é muito perigoso, é uma logística muito complexa para ser assumida pelos produtores do etanol. Sem falar na redução drástica de receita de estados e municípios — criticou Ana Amélia.

EXECUTIVO VAI DISCUTIR ALTERAÇÃO COM O SETOR

Mesmo assim, o texto foi aprovado por ampla maioria. Foram 42 votos a favor e apenas dois contrários. Ele agora segue para votação na Câmara. Segundo o relator, a medida poderia baratear em cerca de R\$ 0,20 os preços para o consumidor. A maior defesa do texto foi feita pelos senadores do Nordeste, onde está localizada a maioria das usinas.

Segundo Otto Alencar, sem a mudança, o polo sucroalcooleiro do Nordeste estaria em risco. — São várias distribuidoras que, hoje, dominam esse mercado. Um litro de álcool hidratado sai, em média, da usina no valor de R\$ 1,57. Sai dali e chega lá ao posto de combustível, em alguma localidade, a R\$ 3,50, R\$ 3,37, R\$ 3,30. Enfim, tem uma variação muito grande, mas em média, praticamente, mais do que dobra o preço do litro do etanol hidratado da usina até chegar ao consumidor — defendeu Otto Alencar. O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse que o governo está acompanhando o assunto.

Segundo ele, o setor está muito dividido em relação a essa medida, e, caso a proposta seja aprovada no Congresso, o Executivo vai chamar todas as partes envolvidas para discutir a solução que melhor atenda ao consumidor. — Existem propostas na Câmara e no Senado. O setor está muito refratário a isso e acha que o impacto será grande no modelo de negócio praticado no Brasil e no mundo. Temos que encontrar a melhor solução, que mais interessa ao bolso do consumidor — disse o ministro ao GLOBO.

PROBLEMAS PARA COMPRA EM ESCALA

Para Leonardo Gadotti, presidente da Plural, associação que reúne distribuidoras, a venda direta de etanol dos usineiros aos postos vai aumentar a sonegação de impostos, estimada atualmente em cerca de R\$ 4 bilhões por ano. Ele avalia que o projeto deveria ter sido amplamente discutido com a sociedade e que os postos não têm infraestrutura ou escala para comprar diretamente das usinas, exceto os postos localizados próximos dos produtores. — Vai contra tudo que se conhece de mercado competitivo, busca de eficiência, controle de processos e recolhimento de tributos. Esse projeto não foi discutido com ninguém — criticou Gadotti.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Senado aprova a venda direta de etanol das usinas para os postos

Brasília - Contrariando apres-são de boa parte das entidades do setor de açúcar e etanol da região Sudeste, o Senado aprovou nesta terça-feira (19) projeto que libera a venda direta de etanol das usinas aos postos de combustível. O texto, aprovado por 47 votos a dois, segue para a análise da Câmara dos Deputados. A medida é criticada por representantes dos postos, das distribuidoras e da maior parte das usinas do Sudeste do país. Produtores das regiões Norte e Nordeste, por sua vez, são favoráveis.

O projeto de decreto legislativo acaba com o efeito de uma norma instituída pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) em 2009. O dispositivo da agência reguladora impede a comercialização direta do produto. O etanol deve ser vendido pelos produtores às distribuidoras, que, por sua vez, comercializam com os postos.

Autor da proposta, o senador Otto Alencar (PSD-BA) argumenta que permitir a venda direta entre produtores e postos aumentará a concorrência no setor, levando a uma redução no preço do etanol para o consumidor na bomba dos postos.

Se a medida for aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente Michel Temer, as distribuidoras não deixarão de existir na cadeia de abastecimento do etanol, mas passarão a ser empresas opcionais na cadeia de abastecimento do setor.

"Eu considero que é um cartel, um oligopólio, que domina esse setor [de distribuição] e que, a partir daí, estabelece os preços acima do que o consumidor deveria pagar pelo litro de álcool hidratado", disse o senador Alencar.

Durante a sessão, senadores tentaram adiar a votação e propuseram que o tema fosse melhor debatido antes de uma decisão.

"A minha sugestão é fazer uma audiência pública, nem que seja um compromisso de, em menos de 30 dias, darmos uma solução à sociedade", disse a líder do MDB, Simone Tebet (MS). "Apenas a simples sustação da resolução não torna viável a proposta, muito menos a redução de preço na bomba ao consumidor", ressaltou.

Os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO) e José Serra (PSDB-SP) apoiaram a iniciativa da senadora, mas foram derrotados. O projeto seguiu para a votação e teve apenas os votos contrários de senadores que representam o estado de São Paulo, onde se concentra a produção de açúcar e de etanol na região centro-sul do país, Airtón Sandoval (MDB-SP) e Marta Suplicy (MDB-SP).

Congressistas das regiões Norte e Nordeste se posicionaram a favor da medida. Para o senador Humberto Costa (PT-PE), a mudança na regra vai permitir uma queda no preço do etanol, o que também pode forçar uma redução no valor da gasolina nas bombas.

"Vamos garantir a possibilidade de que os produtores de etanol possam diretamente vender o seu produto aos postos de gasolina, evitando assim a intermediação desnecessária, muitas vezes pela própria proximidade entre o produtor e o local da venda no varejo", disse.

Na avaliação da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), o projeto democratiza o comércio de etanol no país. Para ela, o mercado vai se adaptar às novas regras. "Qualquer ação do Congresso Nacional que puder vir a baratear o preço na bomba de combustível, quer seja de álcool, quer seja de gasolina, essa Casa tem obrigação moral de fazê-la. Agora, se vai ter qualidade ou se não vai ter qualidade, tudo se arruma no meio do caminho", afirmou.

Nova prática exige alteração tributária, diz agência do setor

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) afirma que a liberação da venda direta exigirá mudanças na tributação que hoje não estão previstas em lei. De acordo com o órgão regulador, a incidência de PIS/Cofins e ICMS sobre as distribuidoras não teria como ser aplicada nesses casos, o que levaria a uma queda de arrecadação do governo estimada em R\$ 2,2 bilhões ao ano.

A União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única) afirma que pulverizar a distribuição de etanol permitindo a venda direta a mais de 40 mil postos vai dificultar a fiscalização, o que pode levar a uma piora na qualidade do produto e uma elevação na sonegação de impostos.

A entidade afirma que os custos vão aumentar, elevando preços ao consumidor. Isso poderia ocorrer, segundo a Unica, porque a entrega de combustíveis aos postos é feita em caminhões compartimentados, que levam etanol, gasolina e diesel ao mesmo tempo. Desse modo, o posto que optar pela compra direta terá de contratar um frete separado para o etanol e outro para gasolina e diesel.

A Unica argumenta que já é permitido que os produtores atuem na distribuição, desde que constituam um novo CNPJ e atendam às exigências legais estabelecidas e regulamentadas pela ANP.

Ainda para a entidade, a mudança inviabiliza a Renovabia, a Política Nacional de Biocombustíveis, que demandou um esforço do setor para ser viabilizada. No programa do governo, as distribuidoras de etanol são responsáveis pelo cumprimento de metas na comercialização de biocombustíveis, incluindo o etanol.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Quem apregoa livre mercado deve exercitá-lo, diz Sindaçúcar

ENTREVISTA RENATO CUNHA

Rio de Janeiro - Uma das lideranças na proposta de mudança no modelo de venda de etanol no Brasil, o presidente do Sindaçúcar-PE (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco), Renato Cunha, defende que ela dá mais opções ao consumidor.

Cunha afirma que o modelo atual, que garante exclusividade às distribuidoras de combustíveis, é excludente e gera ineficiências. E que acredita que a revisão ocorrerá "mais dia, menos dia", já que o tema é objeto de outros projetos no Congresso — na Câmara, o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) tenta alterar as regras de venda de etanol.

Cunha argumenta que a nota fiscal eletrônica impede a sonegação de tributos e que a qualidade do combustível é garantida pelas usinas. "Só é contra quem tem temor perder lugar na cadeia [de suprimento]", disse à Folha nesta terça (19), momentos antes da votação do projeto no Senado.

O sr. acha que terá apoio político para aprovar a venda direta?

É inevitável. Outros parlamentares têm projetos semelhantes. Mais dia, menos dia, a sistemática que permite ao posto adquirirem produtos de outra fonte vai se tornar realidade. Hoje, é exclusividade da distribuidora. Nossa proposta não é excludente, ela só vai criar uma nova opção. O modelo atual não tem mais sentido, principalmente com o código do consumidor, com a nota fiscal eletrônica. Ficou ultrapassado.

O benefício não seria só localizado, para consumidores que estão perto das usinas?

Não tem nada de localizado. O maior produto do etanol é o hidratado, é o que vende mais. E o posto que está perto da usina não pode ter essa alternativa? Só é contra quem tem o temor de perder lugar na cadeia [de suprimento]. É preciso ser muito ineficiente, com toda a estrutura que as distribuidoras têm. Esse pessoal que apregoa livre mercado tem que exercitar o livre mercado. Quem imaginava há dez anos que seria possível vender energia elétrica direto para um consumidor não cativo das distribuidoras de energia?

Mas são necessárias mudanças na tributação.

O ICMS não muda nada. No caso dos impostos federais, o governo teria que se adequar. Mas essa preocupação não tem que ser da Única (União da Indústria de Cana-de Açúcar) nem de ninguém. O governo federal é maduro na cobrança de impostos, ainda mais em combustíveis, que têm grande arrecadação. Os argumentos contrários parecem coisa de quem quer se perpetuar.

Como fiscalizar a qualidade?

O certificado de qualidade hoje já é gerado na usina. Não tem nada que impeça a mudança no modelo.

A greve dos caminhoneiros ajudou no convencimento pela mudança?

O Brasil quer fazer revisões das ineficiências. Sem dúvida nenhuma, esse momento de greve mostrou o quão ineficiente é o modelo rodoviário de transporte no país, mostrou o quão ineficiente é o modelo de distribuição de combustíveis. Essa é uma bandeira antiga, que o setor sempre perseguiu. O dono do posto vai ter duas opções. E, no momento em que ele tiver duas opções, o consumidor também vai ter.

A venda direta valeria apenas para bandeira branca ou para postos com bandeiras de distribuidoras?

Poderia ser para qualquer bandeira. O Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] já se manifestou contra essa fidelidade de bandeiras. Tem usina que tem distribuidora e posto, essa verticalidade é positiva? Precisa dar um freio de arrumação para equilibrar o mercado. Queremos o direito de vender. Só. Ponto. Por que eu não posso venderão posto se ele pode?

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Gasolina cai nas refinarias e sobe nas bombas dos postos

Combustível tem alta de 3,08% para consumidor e queda de 9,22% na Petrobras Rio de Janeiro - Com alívio nas cotações internacionais do petróleo, o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras acumula queda de 9,22% desde o dia 22 de maio, quando atingiu o maior valor desde que a Petrobras começou a anunciar reajustes diários. Nas bombas, porém, ainda não houve repasse.

Nesta terça (19), a estatal vendia o combustível a R\$ 1,8941 por litro, mesmo valor que será praticado na quarta (20).

Em 22 de maio, com as cotações do petróleo em torno de US\$ 80 por barril, a gasolina saía das refinarias da estatal por R\$ 2,0867 por litro.

Nesta terça, a cotação do Brent, tipo de petróleo negociado em Londres e usado como referência pela estatal, fechou em US\$ 75,09 por barril.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), porém, o preço de bomba da gasolina no país subiu 3,08% entre a semana encerrada em 26 de maio e a semana passada.

Na média, o combustível era vendido no país a R\$ 4,572 por litro na última semana, contra R\$ 4,435 por litro três semanas antes. Nesse meio tempo, chegou a subir a R\$ 4,614 durante a greve dos caminhoneiros, quando os preços dos combustíveis dispararam em resposta à crise de abastecimento.

Os dados da ANP mostram que, entre a semana do dia 26 de maio e a semana passada, houve aumento no preço de venda das distribuidoras - de R\$3.985 para R\$4,064 por litro —e nas margens de lucro dos postos— de R\$ 0,45 para R\$ 0,508 por litro.

Neste último caso, porém, a margem é menor do que a verificada nas duas semanas anteriores, quando os preços dispararam - na semana encerrada no dia 2 de junho, a margem de lucro dos postos chegou a R\$ 0,621 por litro, de acordo com os dados da ANP

Preocupação do governo desde o início do ano, a falta de repasses de cortes dos preços dos combustíveis se tornou foco dos órgãos de defesa do consumidor após a concessão de subvenções ao preço do diesel, como parte de acordo para encerrar a greve dos caminhoneiros.

O governo prometeu corte de R\$ 0,46 por litro no preço de bomba, mas até agora a redução média no país é de apenas R\$ 0,15 em relação aos valores vigentes antes da paralisação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Plano para redução de tarifa de luz abre disputa entre ministérios

São Paulo - Um plano do Ministério de Minas e Energia para reduzir as contas de luz por meio do corte de subsídios embutidos nas tarifas de energia tem enfrentado resistência de alguns setores antes beneficiados pelas políticas de incentivo e também dentro do governo, um sintoma da disputa por verbas públicas em um ambiente de déficit fiscal.

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo abastecido por um encargo tarifário, irá consumir R\$ 18,8 bilhões neste ano para custear políticas que incluem descontos para clientes de baixa renda.

Também serão beneficiadas empresas de serviços públicos de água, esgoto e saneamento e consumidores rurais que usam serviços de irrigação, entre outros.

Para reduzir essa conta, que tem crescido nos últimos anos, técnicos da pasta de Minas e Energia sugeriram medidas que incluiriam um corte gradual nos benefícios.

Esses cortes atingiriam os consumidores rurais e do setor de água e saneamento, além de uma redução no universo de famílias que podem ter acesso à chamada "tarifa social", uma taxa mais barata para famílias com menor renda.

Mas as propostas sofreram críticas em uma consulta pública realizada pela pasta, que incluíram até questionamentos do Ministério das Cidades, que defendeu a manutenção de um desconto de 15% nas tarifas concedido às empresas de água e esgoto.

A pasta de Minas e Energia quer reduzir em 20% ao ano o benefício do segmento, que custou R\$ 694,3 milhões em 2016.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Governo estuda embutir no combustível custo do efeito estufa

São Paulo- Depois de parar o país, a crise dos combustíveis movimentou o debate sobre precificação de carbono, ou seja, a possibilidade de se cobrar pelos prejuízos ambientais de atividades que colaboram para o efeito estufa. Pessoas ligadas ao governo admitem nos bastidores que a resposta à crise, de diminuição dos impostos sobre o combustível, é insustentável no médio prazo. A medida precisaria ser revista até o ano que vem, o que abriria uma oportunidade para cobrar pelo carbono.

Uma proposta entregue ao governo por ONGs, universidades e empresas reunidas no Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) é justamente a de atrelar o valor do imposto sobre o combustível (Cide) à quantidade de carbono que ele emite, o que privilegiaria combustíveis menos poluentes como o etanol. Pela proposta, o aumento seria equilibrado pela diminuição de outros impostos.

A tática é vista como a mais viável no curto prazo, já que não depende de aprovação no Congresso. Nesta terça (19), em São Paulo, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o Banco Mundial, associações de setores produtivos, empresas e representantes do governo federal discutiram experiências internacionais e os desafios para estimular uma economia de baixo carbono.

Os caminhos para a precificação podem se dar tanto aumentando o imposto de serviços e produtos que emitem mais carbono ou pela criação de um mercado de carbono, no qual as empresas poderiam vender licenças para aquelas com altas emissões. Embora esse mercado seja a opção preferida do setor privado, ele tem implantação mais complexa. Para o coordenador de Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Gustavo Fontenele, "é preciso olhar para a heterogeneidade [dos setores econômicos] ", o que demandaria negociação com cada setor.

No final de 2017, o Cebds (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) encaminhou ao governo federal um pedido de regulamentação do mercado de carbono brasileiro, assinado por mais de 400 empresas, incluindo gigantes como a Coca-Cola, Fibria, Braskem e Siemens. Para Fontenelle, no entanto, "há uma distância entre o que as empresas comunicam e o que priorizam na materialidade". Até o final do ano, o Ministério da Fazenda deve elaborar um modelo sobre as combinações entre taxação e mercado e uma análise de impacto regulatório.

Segundo o coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Ministério da Fazenda, Aloisio Melo, "só faz sentido a precificação se ela ajudar a reduzir o custo das metas [de redução de emissões brasileiras no Acordo de Paris] ". Para Alfredo Sirkis, coordenador do FBMC, o próximo passo seria o estabelecimento de metas de redução de emissões para cada setor. "Só isso elevaria a demanda do mercado, valorizando o preço do carbono negociado", aponta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / Anne Warth

Título: Governo tenta blindar recursos que serão arrecadados com leilão do pré-sal

Orçamento. Prevista para ocorrer ainda este ano, a licitação do petróleo excedente do pré-sal pode levantar até R\$ 100 bilhões; governo quer escalonar pagamento das empresas em três anos para impedir que dinheiro seja usado para bancar novos subsídios

O governo está articulando uma forma de blindar os R\$ 100 bilhões que podem ser arrecadados com o leilão do excedente do pré-sal, previsto para ocorrer ainda este ano, depois que União e Petrobrás resolverem o impasse em torno dessas áreas. A ideia é que as empresas vencedoras façam o pagamento em parcelas e não de uma vez só.

Com isso, o dinheiro ficaria blindado das pressões de parte do governo e do Congresso para usar os recursos como forma de bancar novos subsídios, principalmente no gás de cozinha. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o pagamento escalonado permitiria "guardar" a receita do leilão para os próximos anos, ajudando as contas públicas. Ao mesmo tempo, facilitaria o planejamento das empresas interessadas, que podem se programar melhor e fazer uma oferta maior do bônus que é pago pelo direito de explorar os campos.

Uma das possibilidades é dividir em três anos. A avaliação do governo é que o pagamento em única parcela poder atrapalhar a formação do preço do bônus, já que o valor esperado é muito elevado. Com o pagamento escalonado, o dinheiro do leilão não entraria no caixa do governo apenas em 2018 na gestão do presidente Michel Temer.

Como as despesas do Orçamento deste ano estão próximas do teto de gasto (regra que proíbe que as despesas cresçam acima da inflação), a arrecadação em um única parcela com o leilão teria a função de aumentar as receitas e diminuir o rombo das contas públicas em 2018, sem uma contribuição para o fechamento dos resultados fiscais no próximo governo.

A situação fiscal para o próximo presidente é grave porque há risco de descumprimento de outra norma fiscal, a chamada regra de ouro – o dispositivo constitucional que impede a emissão de dívidas pelo Tesouro Nacional para o pagamento de despesas correntes. Impasse. A expectativa do governo é que o leilão possa ocorrer ainda este ano com a aprovação da nova versão do projeto de lei da cessão onerosa, que foi apresentado ontem na Câmara e deve ir hoje à votação.

O texto autoriza a Petrobrás a transferir até 70% das áreas de cessão onerosa na Bacia de Santos (SP). O acordo da cessão onerosa foi fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia, entre outros fatores.

Em razão disso, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida. O projeto trata

exatamente das condições da revisão desse acordo. Sem essa revisão contratual, o governo não pode vender o direito de exploração do excedente dos barris no leilão na área da cessão onerosa.

A proposta traz uma redação mais clara para os pontos em que não havia consenso e afasta "zonas cinzentas" do contrato, dando conforto para que integrantes do governo e da Petrobrás possam assinar a revisão sem questionamentos futuros. O texto foi apresentado pelo relator, deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), com apoio do governo e do Tribunal de Contas da União (TCU).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Isadora Peron / Gustavo Porto

Título: Senado aprova venda direta de etanol hidratado

Decreto, que autoriza a comercialização entre usina e posto e que pode reduzir o preço ao consumidor, terá de passar ainda pela Câmara dos Deputados

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de decreto legislativo que autoriza a venda direta de etanol hidratado de usinas para os postos. Aprovado por 47 votos a 2, o texto acaba com regra de 2009 que determina que a venda do etanol só pode ser feita pelos produtores às distribuidoras. Elas, por sua vez, comercializam com os postos. O projeto agora segue para a Câmara dos Deputados. A permissão divide o setor.

A Plural (antigo Sindicom), que reúne as distribuidoras, além de grandes entidades de produtores de etanol, como a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e a Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar), são contrárias à autorização para a venda direta, prevista na proposta do senador Otto Alencar (PSD-BA) porque consideram que haverá aumento nos custos e uma piora na qualidade do produto.

Já a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), que reúne os agricultores e tem forte influência no Nordeste, é favorável ao projeto. O presidente da associação Alexandre Lima afirma que essa restrição só existe no Brasil. Ele cita ainda que a medida beneficiaria principalmente o consumidor, que vai comprar um combustível mais barato.

Sonegação. Apesar da possibilidade de queda nos preços, que seria favorável ao consumidor, o governo teme que o desmonte da distribuição seja acompanhado

pela sonegação de impostos e pela adulteração do biocombustível. O projeto foi apresentado por Otto Alencar após a paralisação dos caminhoneiros que ocorreu em maio contra a alta no preço dos combustíveis.

Na semana passada, um requerimento de urgência foi assinado pela maioria dos líderes da Casa, o que fez com que a matéria fosse levada diretamente ao plenário. Durante a greve, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) chegou a autorizar emergencialmente a venda direta das usinas para os postos, mas a medida foi revogada quando a situação se normalizou.

Agora, o projeto do senador baiano derruba o artigo da Resolução 43/2009, da ANP, que só permite ao fornecedor comercializar o etanol com outro fornecedor cadastrado na ANP com um distribuidor autorizado pela agência, ou com o mercado externo. Ontem, o líder do DEM na Casa, senador Ronaldo Caiado (GO), chegou a sugerir que fosse retirada a urgência do projeto para que se realizasse uma audiência pública para discutir melhor o tema.

O adiamento tinha apoio da líder do MDB, senadora Simone Tebet (MT). O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), no entanto, manteve a matéria na pauta. Livre comércio. Otto Alencar, afirma que a medida irá beneficiar o livre comércio, pois o produtor não precisará de uma distribuidora para vender o etanol, o que, na sua opinião, vai baratear o preço para o consumidor.

"Nós queremos mexer em um oligopólio grande, que ganha dinheiro fácil", afirmou. Apesar de ter articulado a adiamento da votação, Simone Tebet afirmou que é favorável à venda direta, mas com regras claras que garantam segurança jurídica para todos os atores envolvidos na cadeia produtiva. "Apenas a simples sustação da resolução não torna viável a proposta, muito menos a redução de preço na bomba ao consumidor", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Medida recebeu duras críticas de parlamentares

A bancada do Amazonas atacou o governo na audiência pública que debateu a medida para compensação do subsídio ao diesel acertado com o governo federal. O senador Omar Aziz (PSDAM) disse que o presidente e os ministros da área econômica deram um "golpe traiçoeiro" na Zona Franca de Manaus.

Os senadores Armando Monteiro (PTB-PE) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defenderam o decreto, mas ponderaram que é preciso discutir os elevados gastos tributários do País. Não apresentaram, porém, sugestões.

O subsecretário de fiscalização da Receita, Iágaro Jung, diz que a retirada do benefício na Zona Franca "atenua a interferência artificial da economia". Para o presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil, Fernando de Bairros, o modelo anterior é "aberração tributária". / A.F.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Daniela Amorim

Título: Greve ainda afeta estoque de varejistas

Dificuldade para estabilizar abastecimento deve afetar o volume de vendas e os índices de preços de junho

Passados quase 20 dias desde que começou a crise de desabastecimento no País, decorrente da greve de caminhoneiros, 15,2% dos varejistas brasileiros ainda consideravam o nível dos estoques aquém da normalidade, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), obtido pelo Estadão/ Broadcast. Em 17 unidades da federação, os estoques estavam significativamente abaixo do adequado no período.

A dificuldade de reposição de mercadorias no comércio varejista deve prolongar os reflexos da greve sobre as vendas e os índices de preços no mês de junho, observou Fabio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC e responsável pelo estudo, que ouviu 6 mil empresas. "O reflexo é uma demora maior na redução dos preços. Se está faltando mercadoria, a tendência é que os preços mais altos se sustentem.

Os dados de maio seguramente serão ruins, mas o mês de junho também será muito pior que o do ano passado." A CNC calcula que os dois segmentos mais afetados pelo bloqueio das estradas tenham perdido R\$ 5,2 bilhões em receita bruta entre os dias 21 de maio, quando começou a greve, e 4 de junho em cinco Estados. Supermercados perderam R\$ 2,8 bilhões e o segmento de combustíveis, R\$ 2,4 bilhões.

A maior perda ocorreu em São Paulo (R\$ 2,6 bilhões), seguido por Minas (R\$ 700 milhões), Rio (R\$ 628 milhões), Bahia (R\$ 596 milhões), Paraná (R\$ 547 milhões) e Distrito Federal (R\$ 155 milhões). "Se extrapolarmos essa perda para

todos os Estados, seguramente esse prejuízo passou de R\$ 8 bilhões no varejo", estimou Bentes.

Embora a normalização dos estoques tenha começado pelos bens de consumo não duráveis – como alimentos, combustíveis e perfumaria –, a queixa sobre o desabastecimento desses itens permaneceu maior em algumas capitais, como em Natal (RN), onde 16,4% dos comerciantes de bens não duráveis reclamaram de estoques abaixo do adequado em junho.

Em Florianópolis, onde 28,2% dos empresários enfrentam problemas para estabilizar o volume de mercadoria, o cozinheiro Matheus Linhares, de 23 anos, teve dificuldade para comprar um celular. "Os preços estão bastante diferentes de uma loja para outra e alguns modelos estão em falta", disse. "Se pudesse, até esperaria um tempo, mas como meu aparelho quebrou vou ter de escolher entre os disponíveis." / COLABOROU FÁBIO BISPO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Entrave para baratear o custo do diesel

Quanto mais avançam as tentativas para solucionar a crise dos combustíveis, mais difícil fica encontrar um desfecho que agrade a todos. Não bastasse o tabelamento dos fretes rodoviários ter parado no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, dois movimentos criaram ainda mais obstáculos à resolução da crise. O Senado Federal aprovou projeto de decreto legislativo que autoriza a venda direta de etanol hidratado de usinas para os postos, contrariando a posição da União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única). E um leilão de biodiesel, que é adicionado na proporção de 10% ao diesel, vendeu o produto a um valor 8,5% mais alto, o que pode encarecer o produto nas bombas.

O leilão regulamentado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) define o preço do B10, o biodiesel acrescentado ao diesel que vai para os postos. Com o aumento de 8,5% em relação ao bimestre anterior, o desconto de R\$ 0,46 prometido pelo governo aos caminhoneiros para encerrar a greve que desabasteceu o país de Norte a Sul fica mais distante. A elevação deve representar cerca de R\$ 0,20 centavos para o biodiesel, o que resultará nas bombas uma alta de cerca de R\$ 0,02 por litro a partir de 1º de julho.

Além disso, o plenário do Senado aprovou a venda direta de etanol hidratado de usinas para os postos por 47 votos a 2 e o texto agora segue para a análise da Câmara dos Deputados. O objetivo do projeto é baratear o custo do etanol. No entanto, segundo Pedro Mizutani, presidente do conselho da Única, a tentativa de tirar as distribuidoras da cadeia de abastecimento de álcool combustível não vai tornar o combustível mais barato. “A alternativa propõe que a usina entregue direto nos postos, mas vai envolver custos de logística e obrigar uma reforma tributária, porque parte dos impostos incidem na produção e parte na distribuição do produto”, alertou.

Segundo ele, do PIS/Cofins, R\$ 0,13 incidem na produção e R\$ 0,11 na distribuição. “O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) fica em parte no estado e o resto é substituição tributária. A mudança vai obrigar uma reforma tributária e atrapalhar a eficiência, porque vamos precisar de otimização logística”, argumentou. Outra preocupação da Unica é de que o projeto vai contra o Renovabio, programa nacional de redução de emissão de carbono e inclusão do biocombustível na matriz energética brasileira. “A distribuidora é a parte obrigada a pagar pelo certificado de descarbonização”, acrescentou.

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), que reúne agricultores com forte influência no Nordeste, é a favor da proposta, apresentada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) após a paralisação dos caminhoneiros contra a alta no preço dos combustíveis. Na semana passada, um requerimento de urgência foi assinado pela maioria dos líderes da Casa, o que fez com que a matéria fosse levada diretamente ao plenário.

Atualmente, os produtores não estão autorizados a vender o combustível diretamente aos postos por restrições da ANP. Durante a greve dos caminhoneiros, a agência chegou a autorizar emergencialmente a venda direta aos postos, mas a medida foi revogada quando a situação se normalizou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Modelo de venda da Eletrobras afeta tarifa, diz Aneel

O comando da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda manifesta ressalvas ao modelo de privatização da Eletrobras, discutido atualmente pelo Congresso Nacional. Ontem, o diretor-geral do órgão, Romeu Rufino, afirmou

que a proposta de venda do controle traria um impacto tarifário significativo e prolongado.

O alerta do diretor da Aneel veio na aprovação do aumento médio de 15,99% nas contas de luz de 4,5 milhões de clientes da Copel, no Paraná. Rufino lembrou que distribuidoras como a Copel tiveram o custo da energia impactado pelo leilão, em 2015, de 29 hidrelétricas antigas. Isso ocorreu porque o governo optou por cobrar a bonificação de outorga de R\$ 17 bilhões, em vez de reduzir o custo da energia fornecida por usinas com investimentos já amortizados. "Essa bonificação não é para o consumidor, mas sim para o Tesouro", destacou.

No caso da Eletrobras, o diretor-geral explicou que uma decisão semelhante pode ser tomada com as usinas antigas do grupo estatal, se for aprovada a "descotização". Este mecanismo serviria para capitalizar a companhia na privatização ao retirar essas hidrelétricas do regime de cotas, onde a remuneração é baseada somente no custo de operação e manutenção.

"Na nossa visão, a renda hidráulica deveria ser alocada ao consumidor exatamente para evitar esse efeito que vai ser carregado pelo resto do contrato. É um impacto significativo e por um longo período", disse o diretor da Aneel.

"Tem que ficar atento na hora que está se plantando, depois não tem jeito porque tem que colher".

Rufino também destacou que a agência tem "subsidiado os formuladores de política", no Congresso, com informações sobre medidas que, se aprovadas, produzirão impacto sobre as tarifas.

"Ao fazer o cálculo de um reajuste tarifário, a Aneel tem um grau de liberdade muito pequeno [para conter os aumentos na conta de luz] em termos de interpretar e aplicar regra. Não temos a prerrogativa de fazer escolhas. As escolhas são feitas quando se traça as políticas", disse Rufino.

Ontem, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, foi atrás de apoio à aprovação do requerimento de urgência para votação do projeto de lei que permite a privatização das seis distribuidoras do grupo. Ele afirmou que contava com a votação desse pedido ainda ontem.

Já o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), após se reunir com Ferreira Jr, disse que convocará sessão na próxima segunda-feira na tentativa de votar o projeto das distribuidoras. Sobre o requerimento de urgência, ele afirmou que a urgência só iria à votação se tivesse quórum.

O presidente da Eletrobras informou que foi ao Congresso para tratar exclusivamente do projeto das distribuidoras. "Nem adianta votar o projeto de

lei [do modelo de privatização] da holding se não resolver as distribuidoras", afirmou. (Colaborou Marcelo Ribeiro)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto, Murillo Camarotto e Marcelo Ribeiro

Título: Governo fecha texto da cessão onerosa e Câmara tenta votar

O governo fechou um texto para o projeto de lei que autoriza a Petrobras a vender o direito de exploração de até 70% dos campos da cessão onerosa do pré-sal na bacia de Santos, mas a votação no plenário da Câmara dos Deputados esbarrou ontem no baixo quórum e nos requerimentos da oposição para tirar o texto de pauta. Após sete horas de sessão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu apenas encerrar a fase de discussão do texto e adiar para hoje a votação.

O projeto teve como relator o deputado Fernando Filho (DEM-PE), ex-ministro de Minas e Energia, que modificou o texto para incorporar diretrizes para a revisão do contrato entre a União e a estatal. A nova versão permite ao governo ressarcir a estatal com dinheiro ou barris de petróleo.

Esse reembolso estava previsto no contrato original, pelo qual a Petrobras pagou R\$ 75 bilhões pelo direito de explorar até 5 bilhões de barris nessa área. Com o preço do barril caiu desde que o contrato foi assinado, há oito anos, a Petrobras deverá ser ressarcida. O valor, entretanto, ainda está em negociação com o governo, mas a aprovação do projeto pode viabilizar o acordo.

Além de permitir o pagamento em barris, o novo texto traz todas as diretrizes e variáveis para o cálculo do valor devido pela União. A expectativa no governo é que o projeto destrave o acordo e, consequentemente, o leilão da área excedente, ou seja, que fica além dos 5 bilhões de barris da cessão onerosa. As estimativas hoje são de que a área tem cerca de 15 bilhões de barris.

Esse excedente seria inicialmente leiloadado numa nova cessão onerosa (em que a concessionária paga uma outorga), mas o relator, na tentativa de diminuir a obstrução, combinou com os partidos de oposição que o novo contrato será no regime de partilha, em que a União é paga de três formas: um bônus de assinatura, 15% dos royalties e um percentual da produção (o excedente em óleo).

Esse percentual em óleo, contudo, ainda estava em negociação. O governo não queria estabelecer em lei - o valor seria determinado pelo edital - e a oposição pressionava para que fosse de 40% do resultado líquido.

Outra demanda da oposição é que o leilão dos 5 bilhões de barris originais inclua regra para que 10% do lucro seja destinado ao fundo social do pré-sal. "Esse projeto é lesivo para o Brasil. Se as condições forem atendidas nós retiramos a obstrução, mas sem compromisso de votar a favor", disse o líder do PDT na Câmara, deputado André Figueiredo (CE). Fernando Filho rebateu que isso tiraria valor do ativo.

O projeto ainda estabelece regras mínimas para o leilão dos cinco bilhões de barris: a Petrobras preservará o direito de explorar, no mínimo, 30% do campo; será exigida autorização prévia da Agência Nacional de Petróleo (ANP); e atendimento, por parte do novo cessionário, dos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos da ANP. "O que estamos permitindo não é vender. É dar autorização para que, se a Petrobras quiser, fazer parceria para acelerar a exploração dessa área", afirmou o relator

Autor do projeto, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) defendeu que a Petrobras está sem recursos de explorar a área, por causa de seu alto endividamento, e que a venda da cessão onerosa capitalizará a estatal e gerará empregos com a exploração por petroleiras internacionais. "Estamos destravando o emprego no Rio de Janeiro e no litoral de São Paulo, destravando o crescimento econômico nacional", afirmou Aleluia.

Outra alteração no projeto é liberar a Petrobras da licitação para compra de bens e serviços, exigida pela Lei de Responsabilidade das Estatais, de 2016, quando a empresa for a operadora de um consórcio com outras companhias privadas e a contratação for exclusivamente para esse consórcio. Com isso, afirmou o relator, a Petrobras ficava em desvantagem em relação as concorrentes. O PL também transfere o risco de pesquisa e lavra na cessão onerosa exclusivamente para as cessionárias - revogando os incentivos fiscais aplicáveis à indústria de petróleo brasileira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Vandson Lima

Título: Venda direta de etanol a postos passa no Senado

Em uma articulação rápida e surpreendente, que uniu parlamentares da base governista e da oposição, o Senado aprovou ontem, por 47 votos a 2, um decreto legislativo que permite a venda de etanol (álcool combustível) diretamente do produtor aos postos. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

O decreto susta o artigo 6º da Resolução nº 43/2009, da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que determina que o fornecedor só pode vender o etanol a um distribuidor autorizado pela agência, a outro fornecedor com esse aval ou ao mercado externo.

Para o senador Otto Alencar (PSD-BA), autor da proposta, a mudança corta o intermediário, potencialmente barateando o preço final do combustível. "As distribuidoras formam um oligopólio, que não produz, tem lucros milionários e que precisa ser quebrado no Brasil. Os distribuidores ganham em média R\$ 0,20 por litro que distribuem. O etanol sai a R\$ 1,75 da usina e na bomba custa quase R\$ 3,50", afirmou.

Representantes das distribuidoras acionaram durante todo o dia vários senadores para pedir apoio contra o decreto. Líder do MDB, a senadora Simone Tebet (MS) chegou a sugerir que o Senado realizasse audiências públicas para que se discutisse os impactos da medida e sua efetividade na queda dos preços. Mas, diante da evidente maioria a favor da mudança, liberou sua bancada a votar livremente.

"A pergunta é: nós alcançamos o objetivo de diminuir o preço do etanol na bomba? Se nós tirarmos a distribuidora, quem vai fazer a distribuição é a usina. Ela vai ter que absorver o custo da distribuição, ter a estrutura suficiente, pagar PIS/Cofins em relação à distribuição", apontou.

Para Tebet, o ideal seria que o Senado formulasse um projeto de lei sobre o tema, que abarcasse todos os desdobramentos da alteração. "Tudo isso precisaria ser colocado no papel [para garantir efetividade]", concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresa

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras avança com três vendas de ativos

A Petrobras avançou com seu programa de desinvestimentos ao longo dos últimos dias. Três negociações passaram para novas fases e uma operação foi concluída desde a semana passada.

A expectativa é que, até o fim do ano, a companhia acelere o ritmo dos negócios. A estatal tem a meta de anunciar US\$ 21 bilhões em vendas de ativos no biênio 2017-2018, mas cumpriu, até o momento, um quinto dos desinvestimentos previstos. O programa de venda de ativos é um dos pilares do plano de negócios da Petrobras, dentro da estratégia de reduzir seus níveis de endividamento.

Desde que Ivan Monteiro assumiu a presidência da petroleira, neste mês, a empresa avançou com três negócios em curso: iniciou a fase vinculante da venda do pacote de campos terrestres do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe; deu início à fase não vinculante da venda de 50% do campo de Tartaruga Verde e do Módulo III do campo de Espadarte, em águas profundas na Bacia de Campos; e do desinvestimento do campo de Baúna, em águas rasas na Bacia de Santos.

Na sexta-feira, a petroleira concluiu também a venda de 25% do campo de Roncador (Bacia de Campos) para a Equinor (ex-Statoil). A operação rendeu a entrada de US\$ 2 bilhões no seu caixa.

Também na sexta-feira, houve novidades na venda da petroquímica Braskem, com o anúncio de que a Odebrecht iniciou as tratativas para negociação de sua fatia de 38% na companhia para a holandesa LyondellBasell. A Petrobras divide o controle da Braskem, com uma fatia pouco superior a 36%. A petroleira tem direito, estabelecido por acordo de acionistas, de preferência e "tag along" (ou venda conjunta).

O avanço das negociações durante os últimos dias confirma a expectativa do mercado, já que Ivan Monteiro conhece bem todo o processo e vinha conduzindo os desinvestimentos na diretoria financeira da estatal. Pouco antes de renunciar à presidência da companhia, Pedro Parente vinha sinalizando que haveria uma aceleração das negociações nos próximos meses.

A Petrobras possui, hoje, 17 pacotes de ativos à venda, em diferentes fases. Os negócios em fases mais embrionárias são os de venda dos polos de refinarias do Nordeste e Sul e dos campos em águas profundas de Sergipe.

Entre os negócios mais avançados, em fase vinculante, estão dez pacotes: a refinaria de Pasadena (nos Estados Unidos); o pacote de campos de águas rasas do Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe; o conjunto de campos terrestres da Bahia e Rio Grande do Norte; os ativos de exploração e produção na África; os

campos de Piranema e Piranema Sul (Sergipe); a Transportadora Associada de Gás (TAG); o pacote de venda das fábricas de fertilizantes de Araucária (PR) e Três Lagoas (MS); o campo de Maromba (Bacia de Campos); os ativos de distribuição de combustíveis do Paraguai; e o pacote de campos terrestres do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Em fase não vinculante de negociações estão outros quatro pacotes: a venda de 50% do campo de Tartaruga Verde e do Módulo III do campo de Espadarte; o campo de Baúna; a BSBios; e o conjunto de campos de águas rasas do Ceará e Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresa

Autor: Camila Maia

Título: AES Tietê pede para incluir baterias em leilão em Roraima

A nova aposta da AES Tietê é em emplacar a tecnologia das baterias para armazenamento de energia no leilão de eficiência energética que deve ser realizado em Roraima. "O governo tem trabalhado com a Abaque [Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia] para tentar promover no leilão de Roraima o que chamam de 'micro grid', uma composição de geração, bateria e controle de demanda", disse Ítalo Freitas, presidente da geradora de energia, em conversa com jornalistas durante o evento Energia em Foco, promovido pela AES Brasil.

No início de maio, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançou a proposta do novo tipo de leilão, que foi colocado em consulta pública. A ideia é incentivar medidas que reduzam o consumo de energia por meio da eficiência energética. O estado de Roraima, que não está interligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), deve ter um projeto piloto.

Segundo Freitas, essa é uma oportunidade para que as baterias sejam instaladas de forma associada à geração, ajudando a suportar a demanda por energia em uma determinada área.

O modelo proposto inicialmente pela Aneel e submetido à consulta pública, porém, ainda precisa ser aprimorado para incluir as baterias. Em sua contribuição, disponibilizada no site da agência reguladora, a AES Tietê destacou que as baterias não teriam remuneração adequada no modelo proposto, pois não seriam contemplados os benefícios de um sistema de armazenamento em relação a um convencional.

Para resolver isso, a AES Tietê sugeriu a segmentação da remuneração em duas formas, uma baseada em energia, como o modelo atual, e outra baseada em capacidade, mais adequada para as baterias.

Caso os planos da companhia tenham sucesso, a AES Tietê entraria como investidora, e o fornecimento dos equipamentos caberia à Fluence, joint venture criada pela AES e pela Siemens para desenvolver tecnologias e serviços relacionados às baterias.

Outro uso possível das baterias seria de forma complementar a fontes intermitentes, como solar e eólica. Segundo Freitas, porém, é necessária uma aprimoração da regulação do setor elétrico para que isso possa acontecer. Hoje, a regra estabelece um desconto na tarifa pelo uso da rede (chamada tarifa fio) para fontes incentivadas. "E isso está certo, mas vai chegar um momento em que o incentivo vai acabar, o governo vai tirar isso, sem dúvidas. Aí, entram as baterias, porque os geradores precisarão cumprir a curva de carga", disse.

No evento, o presidente da AES Brasil, Julian Nebreda, voltou a falar que a geradora será o veículo de investimento do grupo no Brasil. Em mensagem transmitida antes do início, o presidente global da companhia americana, Andrés Gluski, disse que o país tem um dos mercados em que há maior potencial para crescimento em fontes renováveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresa

Autor: Rodrigo Polito

Título: Chesf vai vender ativos para cumprir investimentos

Braço do grupo Eletrobras no Nordeste e maior geradora de energia do país, com 10,3 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, a Chesf pretende encerrar este ano com investimentos da ordem de R\$ 900 milhões. Os recursos são destinados principalmente à conclusão das obras de 34 empreendimentos de transmissão de energia que estavam em atraso.

Para fazer frente ao desembolso necessário, a companhia lançou seu próprio plano de desinvestimentos, em paralelo ao programa da holding de venda de participação em 70 sociedades de propósito específico (SPEs) de transmissão e geração de energia eólica, algumas das quais da própria Chesf.

"Uma parte [dos ativos] entregamos para a Eletrobras para abater o nosso débito lá [com a holding]. Outra [parte] estamos trabalhando no próprio

mercado para ver se faríamos aqui uma venda fora desse leilão da Eletrobras", disse o novo presidente da Chesf, Fabio Alves, em entrevista exclusiva ao **Valor**. "Estamos colocando à venda no mercado SPes para podermos nos capitalizar para fazer essas obras que estão hoje em atraso", completou.

Entre os ativos desse plano específico de desinvestimentos da Chesf estão projetos em que o próprio sócio manifestou o interesse em assumir a parte da estatal nordestina. O executivo, no entanto, não detalhou os ativos.

Empresa do grupo Eletrobras mais afetada pela MP 579/2012, a Chesf teve quase a totalidade de suas usinas convertidas para operação em regime de cotas - modelo no qual a receita do dono da usina é composta por um custo de operação e manutenção e um valor de remuneração, ambos fixos e definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Por isso, o executivo, que está há pouco mais de um mês no comando da empresa, é defensor ferrenho dos projetos de lei de reestruturação do setor, que inclui a descotização das usinas, e de desestatização da Eletrobras.

Novo presidente é defensor ferrenho dos projetos de lei de reestruturação do setor e de venda da Eletrobras

"Para o setor elétrico como um todo, a descotização é virtuosa. O regime de cotas conflita com o de mercado. E se quisermos caminhar para um regime mais de mercado temos que rever essa modalidade", acrescentou Alves, que, antes de assumir a presidência da Chesf, respondia pela secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia e teve participação direta nos estudos que subsidiaram os dois PLs.

Ex-presidente da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), entre 1996 e 1998, o engenheiro eletricista avalia que a classe política nordestina deveria apoiar o PL de privatização da Eletrobras, devido à garantia de recursos anuais destinados à revitalização do rio São Francisco, incluída no projeto. O PL prevê a destinação de R\$ 500 milhões por ano, durante o período de concessão das usinas a serem descotizadas, para a revitalização do rio São Francisco.

"O mundo político do Nordeste deveria estar todo apoiando o projeto. Ele traz um benefício regional que extrapola a própria Chesf. [...] Você querer encarar um programa de revitalização sem ter uma fonte de recursos que assegure esse programa, é uma iniciativa fadada a não dar certo", completou Alves.

Segundo o executivo, o cenário atual da empresa é relativamente melhor em relação a anos anteriores, devido ao programa de eficiência e redução de custos da empresa e à recente entrada em operação de projetos de transmissão.

"O desafio da Chesf é o equilíbrio financeiro, que será feito mediante o aumento de receitas. No caso da transmissão, esses projetos que estão sendo colocados em operação agregam receita das RAPs [Receita Anual Permitida]", afirmou Alves. A Chesf possui 277 linhas de transmissão, que somam 20,6 mil quilômetros de extensão.

"E na área de geração temos o projeto de desestatização. Está dentro da lógica, as usinas da Chesf seriam descotizadas. E aí iríamos normalmente ao mercado como produtor independente. Isso faria uma diferença muito grande", disse o presidente da empresa.

Caso a descotização não seja realizada no prazo previsto, o plano "B" será pleitear junto à Aneel o reajuste da receita das cotas, para modernizar as usinas.

MME / ASCOM .